

# o príncipe de todos os santos – lima barreto e o anarquismo

*marco arantes*

## introdução

*“O nosso anelo é outro: queremos paz e anarquia” –  
D’Annunzio e Lênine – Lima Barreto*

*Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual dos  
meus sonhos e gritos? Qual dos meus desejos e febres? –  
Emparedado – Cruz e Souza*

Em 1913, uma crônica intitulada *Palavras de um Snob Anarquista* seria publicada pelo escritor carioca Lima Barreto no jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, sob o pseudônimo de Isaías Caminha, nome do título de seu primeiro romance. A crônica é a referência mais direta do romancista ao movimento anarquista e ao problema da questão social, tema que predominava nos sindicatos e ligas operárias anarquistas no início do século XX.

*Marco Antonio é Professor Associado do Curso de Ciências Sociais da Unioeste –  
Campus de Toledo. Contato: marco.arantes@zoho.com.*

Dois aspectos devem ser sublinhados: a autointitulação do escritor como anarquista no título e a perspectiva analítica social muito próxima da imprensa operária e das organizações e ligas libertárias da Capital. A crônica, que posteriormente seria incluída no livro *Feiras e Mafuás* (1956), fazia uma referência direta às comemorações, em 1913, do Dia do Trabalhador, apontando as similitudes históricas e a continuidade dos vícios políticos europeus em nossas instituições. No mais, apontava os limites de uma reforma social reduzida a uma questão salarial<sup>1</sup> e a campanha oportunista dos grandes jornais da Capital que não reconheciam as lutas anarquistas.

O tom dessa crônica definiria as experiências jornalísticas militantes de Lima Barreto na imprensa operária, somada a mais de uma centena de outras crônicas engajadas e publicadas pelo escritor com temáticas que estavam nas agendas das ligas anarquistas. Trata-se de crônicas que combinavam dados biográficos, confissões, acontecimentos diários, páginas memorialistas e conjuntura política, alternando personagens reais e imaginários, que “aplicava-se, com intensidade, todos os seus instrumentos de apreensão e julgamento no estudo do país que o ignora [...] é uma série de flagrantes exatos, variados, por vezes comovidos, muitas vezes sarcásticos, frequentemente irados e nos quais reconhecemos o Brasil” (Lins, 1976, p. 22).

Deve-se atentar que a investigação sobre o anarquismo

---

<sup>1</sup> A pauta de reivindicações dos operários era extensa. A principal era a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, seguida de “seguros de acidentes no trabalho e na invalidez, das mulheres operárias de poder ter seus filhos em casa e dispor de alguns dias para amamentá-los; lugar para comer nas fábricas, o fim do carrancismo patronal, espancamento de menores e até de mulheres, e melhorias salariais” (Rodrigues, 2010, p. 32).

limiano e sua conexão com as questões raciais, leva em consideração ao menos quatro dimensões. Em primeiro lugar, a relevância dos anarquistas no movimento operário brasileiro no limiar do século XX; segundo, a caracterização do racismo como um epifenômeno do movimento operário libertário; terceiro, a distância social entre negros e brancos e a manutenção do espírito escravocrata na 1ª República; e, por fim, a colaboração na imprensa libertária e a intensificação da produção de crônicas em revistas e semanários comerciais após a sua aposentadoria na Secretaria de Guerra.

### **anarquismo e literatura militante**

É importante colocar Lima Barreto na posição que lhe cabe no desenvolvimento do anarquismo no Brasil. As informações e os livros sobre o anarquismo que chegaram ao escritor foram por intermédio da imprensa libertária e de encontros com amigos anarquistas.

O anarquismo limiano, na maioria das vezes, era constituído por informações desencontradas e fragmentadas, que resultavam em confusões ideológicas, e, na maioria das vezes, em combinações esdrúxulas entre correntes filosóficas divergentes. Cabe lembrar que o até então anarquista Astrojildo Pereira considerou os anos iniciais da Revolução Russa como uma revolução libertária, quando ainda eram desconhecidos os rumos autoritários tomados pela revolução de outubro.

Essa aparente “cegueira” se devia em parte ao desejo de mudanças sociais e econômicas, que reforçaria uma linha interpretativa otimista, vaga e difusa sobre os eventos

ocorridos na Revolução Russa<sup>2</sup>, que despertara empatia nos populares, e, sobretudo, nos intelectuais e operários<sup>3</sup>. Esses últimos sofriam com o aumento da carestia social, as jornadas abusivas e as condições miseráveis de vida.

Em Lima Barreto, por exemplo, talvez movido pelo entusiasmo inicial com os comunistas bolcheviques, percebem-se assimilações confusas no campo das ideias que marcaram este momento inicial do impacto da Revolução Russa na Imprensa Libertária. Um bom exemplo é a apropriação do termo maximalismo, que é uma das traduções para o português do termo bolchevismo<sup>4</sup>. Maximalismo, maximistas ou bolchevismo significam as mesmas coisas, ou seja, aderir ao programa máximo do partido. “Bolche significa máximo e Menche quer dizer mínimo, assim como Viki corresponde à nossa terminação ismo. Portanto, a tradução de Bolcheviki é Maximismo e a de Mencheviki é Minimismo. Maximistas são os adeptos do programa máximo do partido socialista, e minimistas são os partidários do programa mínimo. Maximalismo, Bolshevikismo, etc. são idiotismos que tiveram origem na tradução do idioma russo para o inglês e deste para o português” (Leuenroth; Hélio, 2017, p. 19).

---

<sup>2</sup> Devem também se destacar as notícias sobre a Comuna de Paris em 1871, com a participação de anarquistas, socialistas e revolucionários de várias tendências, assim como a repercussão negativa do “Domingo Sangrento”. Deve-se destacar o texto “Ave, Rússia”, de José do Patrocínio, e os comentários feitos por Olavo Bilac na revista Kosmos.

<sup>3</sup> O entusiasmo em relação à Rússia era enorme. Cabe lembrar a criação da Comissão Pró-Mártires da Rússia, que publicou um manifesto Pró-Mártires da Rússia nos jornais *Avanti* e *La Bataglia*.

<sup>4</sup> Bartz (2016, p. 237) informa que os maximalistas se tornaram “a ala mais radical do marxismo russo, contrapondo-se aos mencheviques, a minoria”.

O termo maximalismo foi sendo propagado em vários jornais operários, sobretudo no jornal libertário paulista *A Plebe*, mas também em jornais que não eram especificamente anarquistas, como *O Debate* e *A Semana Social*. Nesse cenário polissêmico, o maximalismo começa a tomar a sua forma definitiva após 1917, quando os bolcheviques tomam o poder na Rússia. Em meio a tantas confusões conceituais, um artigo de 1919 no jornal *Spartacus*, assinado pelo pedagogo francês Sébastien Faure, explicitaria as divergências entre libertários e comunistas bolchevistas. Com efeito, a intensificação das divergências inicia o processo que dividiria os militantes comunistas daqueles de orientação libertária. “O maximalismo deixaria cada vez mais de aparecer com este nome e suas definições tornaram-se mais precisas, principalmente com a circulação de documentos da Internacional Comunista”. (Bartz, 2016, p. 242).

As confusões polissêmicas deste termo foram mal absorvidas e se estabeleceram por várias vias, transitando ora por uma via literária, a exemplo dos seguidores de Máximo Gorki, ora por uma via libertária que se aproximava do bolchevismo em decorrência do entusiasmo em relação à Revolução Russa. Em algumas publicações libertárias, é possível encontrar elogios a Trotsky e a Lenin como o grande líder bolchevique da Revolução Russa.

Data de 1919 o estudo sobre Maximalismo de Antonio Candeias e Edgard Leuenroth, que é considerado um esforço interpretativo libertário sobre a ampliação dos espaços de organização operária sem vínculos políticos e baseados na ação direta. O texto, escrito antes da Revolta de Kronstadt, explicitaria os rumos autoritários e centralizadores ditados pelo governo bolchevique, mas não

continha informações precisas sobre a Revolução Russa, focando-se mais nas questões econômicas e na carestia social que atingia diretamente o trabalhador brasileiro. Indo de encontro aos bolcheviques, o texto fazia a defesa dos princípios de solidariedade de Kropotkin e do federalismo dos núcleos de Errico Malatesta.

Denominada por Lima Barreto como “maximalismo moscovita” ou “terremoto maximalista”, o maximalismo significava para si a coroação das utopias na vida humana. Em seus escritos, maximalismo, anarquismo, comunismo e bolchevismo estavam emaranhados com objetivos em comum. “Esse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás das leis” (Barreto, 1956a, p. 103).

Em “Sobre o Maximalismo”, uma crônica de 1919, o escritor faz a defesa do maximalismo e dos ideais da Revolução Russa, aproximando o maximalismo de uma ampla reforma na estrutura latifundiária do país, que acreditava estar em curso na Rússia. Em “Ajuste de Contas”, o escritor estende o projeto maximalista, apontando a necessidade da supressão da dívida externa, confisco dos bens das Igrejas, direito ao divórcio por ambas as partes em qualquer momento e por qualquer motivo, e a extinção do direito de herança ou de propriedade, pois “a propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens tão somente aquilo que precisar para manter a sua vida” (Barreto, 1956a, p. 90).

Sabe-se que, desde a juventude, o escritor recusava a se filiar a um partido político, e, muitas vezes, fazia ferozes ataques à imprensa burguesa e aos vícios políticos republicanos.

Quase nada escapou nas suas crônicas. Dos manipuláveis pleitos eleitorais<sup>5</sup> ao assalto aos cofres públicos por políticos desonestos, do enriquecimento dos banqueiros e industriais às manipulações da imprensa burguesa, todas essas questões elencadas eram debatidas pelas associações anarquistas.

Parece-nos que é possível reconhecer que o anarquismo limiano não se confunde com filiações partidárias, defesa do voto feminino, militância em Ligas Libertárias e a defesa do sufrágio universal. “Esse negócio de ser este ou aquele cidadão presidente da república não tem para mim a mínima importância” (Barreto, 1956b, p. 57). Como todo anarquista, posicionava-se contrário não apenas ao direito ao voto das mulheres, mas a qualquer pessoa que escolhesse o seu representante pelo voto<sup>6</sup>. No mais, a emancipação da mulher pelo voto era vista pelo escritor como uma forma de cavar empregos públicos. Daí a forma contundente como se manifestou contra os manipulados pleitos eleitorais numa arena política com candidatos pré-selecionados, cujos eleitos são justamente os mesmos que detêm o capital e o controle do sistema político. Não se trata, portanto, de um sexismo, mas de um posicionamento libertário. “Fala de coisas de capangas, de falsificações de atas, de distúrbios eleitorais, como se tudo isso fosse a coisa mais natural deste mundo” (Barreto, 1956c, p. 49). Portanto, os ataques constantes ao sistema representativo não revelavam o sentimento pessoal de um eleitor frustrado, mas de um posicionamento anarquista contra as campanhas eleitorais e o governo representativo pre-

---

<sup>5</sup> Em 1921, em sua crônica “Eleições”, Lima Barreto satirizava os gastos públicos eleitorais: “Dizem que custa muito, que é preciso queimar muito arame com os chefes políticos e chefetes” (Barreto, 1956c, p. 85).

<sup>6</sup> A Constituição Republicana de 1891 proibia o voto dos analfabetos.

tensamente democrático. “[...] o nosso *regimen* é feito de ficções, e a eleição é uma delas” (Barreto, 1956b, p. 87).

Mas qual era a natureza de sua participação nos círculos libertários? Sabe-se que o escritor nunca preencheu um boletim de adesão ou formulário impresso que selasse um laço formal a um partido político. Se se entende por militante um membro, que participa ativamente das reuniões e apoia a propaganda anarquista, ele não se encaixa neste perfil. Ele se encaixa na figura vaga e complexa do simpatizante, manifestando em seus escritos um teor indireto e às vezes direto de propaganda libertária. Pode-se dizer que a sua participação no anarquismo é embrionária e distendida dos laços oficiais e compromissos regulares, e que se distingue de uma adesão formal de um operário anarquista militante. Além disso, não há informações que mostrem a sua participação em campanhas eleitorais ou participações em reuniões com sindicalistas ou dirigentes de partidos. “Nunca me meti em política [...] eu sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos” (Barreto, 1956c, p. 58).

Há várias perspectivas críticas em relação à aproximação do escritor com o anarquismo. O crítico literário Cuti fez a seguinte observação sobre a influência da filosofia anarquista em sua obra: “a perspectiva de Lima Barreto levou-o a não aderir cegamente a ideologias de esquerda — como o anarquismo — que não afrontavam diretamente a argumentação falsamente científica do racismo” (Cuti, 2011, p. 246). O crítico vai além, e levanta a tese de que o conceito de solidariedade, amplamente utilizado pelo geógrafo russo Piotr Kropotkin em *Apoio Mútuo* (1902),

solapou “pelas bases as teorias de hierarquização racial<sup>7</sup>, rebaixando-as e surpreendendo o racismo brasileiro com sua *performance* de mil máscaras” (Cuti, 2011, p. 246). Se levarmos em consideração essa perspectiva, é como se a solidariedade camuflasse as especificidades raciais do país, sobretudo os elementos dificultadores que atingiram diretamente os negros, reduzindo a questão racial ao sofrimento universal dos trabalhadores explorados. Cabe dizer que, para o escritor, a solidariedade e a prática do apoio mútuo foram traços marcantes de sua literatura. “A solidariedade humana, mais do que nenhuma outra coisa, interessa o destino da humanidade” (Barreto, 1956d, p. 74).

Não faria sentido afirmar, conforme Cuti, que Lima Barreto era um escritor desconfiado em relação às ideologias de esquerda. Havia como certo uma aversão aos rótulos e um acerto de contas com teóricos racistas europeus, ao governo republicano e a uma literatura de salões, a exemplo de Coelho Neto e João do Rio, que eram avessos às questões sociais e raciais. Todavia, ele não ignorou os temas comuns às ideologias comunistas e libertárias de seu tempo.

Passa despercebido para Cuti que o anarquismo vai muito além de uma adesão formal. A sua análise política de Lima Barreto é demasiadamente vaga. Fundamentalmente, o anarquismo não pode ser apanhado no modelo de uma ideologia de esquerda. Não é uma questão de elaborar uma lista de ações que o liguem ao anarquismo. O anarquismo de Barreto está em sua liberdade rebelde, no dia a dia, nas redações dos jornais, nas conversas dos amigos, nos textos literários e nas crônicas

<sup>7</sup> Em 1624, no *Journal des Sçavants*, François Bernier fez a primeira menção ao termo raça para dividir os seres humanos.

publicadas nos jornais. O seu anarquismo estimula o debate, as contradições, as incertezas e as diferenças, sem apontar para respostas universais. Ele não segue a lógica da contingência, mas é arquitetado nas singularidades, acontecimentos e acasos do cotidiano. Não está circunscrito a uma ordem linear, mas retrocede e avança de tempos em tempos. Classificá-lo como um anarquista por uma preferência política seria incorrer no erro, pois a política partidária e a militância sindical não lhe interessavam. “É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade, a humanidade, não politicamente que nada adianta; mas socialmente que é tudo” (Barreto, 1956d, p. 165).

Dois outros problemas revelam-se nessa interpretação de Cuti: não se trata de uma questão de ingenuidade em relação a um anarquismo impregnado de uma “convicção hierárquica das raças”, mas de um espírito crítico em relação aos limites do anarquismo em sua época. As suas contribuições na imprensa libertária, sobretudo no jornal *A Lanterna*, mostram um autor incomodado com artigos de conteúdo racista e avesso às concessões jornalísticas em troca do reconhecimento dos críticos literários. É como se desejasse estar fora do campo de batalha ideológico, um tipo de escolha nem sempre compreendido.

A “tese” de Cuti não é original. Ela reacende diversas visões sobre o envolvimento de Lima Barreto com os movimentos revolucionários do início do século XX. Uma delas: a tese do crítico Osman Lins, argumentava que Lima Barreto criou personagens pobres que tinham “consciência da miséria, mas não consciência de classe” (Lins, 1976, pp. 23-24). Já Tristão de Athayde dizia que Lima Barreto não escrevia para promover uma revolução social ou uma revolução estética. “Escreveu de

mansinho, em surdina, como para si mesmo ou para um reduzido grupo de amigos. Escreveu para sofrer menos” (Silva, 1976, p. 103). H. Pereira da Silva (1976) iria mais longe, e o afasta do anarquismo e do marxismo, mas não o distancia das ideologias de esquerda. Classifica-o como um esquerdista cristão, repudiando a imagem anticerical dos anarquistas, que faziam críticas constantes à Igreja Católica na Imprensa Operária. “Sim, porque Lima Barreto foi religioso, católico a seu modo. Respeitava as divindades e era afilhado de Nossa Senhora da Glória” (Silva, 1976, p. 108). Astrojildo Pereira, que foi anarquista em sua fase inicial, concorda com H. Pereira sobre sua orientação de esquerda, mas não o afasta do anarquismo, e sim do marxismo. “Lima Barreto não era um marxista, longe disso, e nem se pode vislumbrar nos seus escritos pendor para trabalhos e estudos teóricos que o levassem a uma adesão plena às concepções filosóficas do marxismo” (Pereira in Barreto, 1956a, p. 14).

Acresce-se que os seus personagens são marcados pelo anti-heroísmo<sup>8</sup>, vide Policarpo Quaresma, aproximando-o da recusa libertária do culto de heróis. Não há personagens épicos e nem trajetórias épicas, mas batalhas, derrotas e reações em suas obras. Os seus personagens são indivíduos esfacelados que pedem para se manterem vivos. São indivíduos destruídos por dentro e por fora, o que muito lembra os personagens sobreviventes de Luigi Pirandello pulverizados na história.

Em 1921, após finalizar os seus principais romances, o escritor apresentou o seu projeto literário e jornalístico,

---

<sup>8</sup> Há inúmeros exemplos de personagens anti-heróis na literatura de Lima Barreto: Isaías Caminha, Policarpo Quaresma, Vicente Mascarenhas, Gonzaga de Sá, Numa Pompílio, entre outros.

publicando as suas impressões sobre a militância literária no ensaio *O Destino da Literatura*. O texto sintetizava a sua concepção literária e elencava elementos importantes para o entendimento da literatura e o ato de escrever. Ao se referir ao historiador francês Hippolyte Taine, defendia o seu estilo em conformidade com este autor. O projeto literário também estava embasado nas leituras fundamentadas nos teóricos literários franceses: Ferdinand Brunetière (1849-1906), para quem o destino da humanidade estava ligado à solidariedade humana, e por Jean-Marie Guyau (1854-1888), a quem a literatura estava destinada a “revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens” (Barreto, 1956d, p. 72).

A concepção literária limiana também continha elementos do anarquismo anarco-cristão de Leon Tolstói. Desde que foi publicada, em 1897, a obra *O que é a Arte?* tornou-se uma referência para muitos intelectuais e artistas brasileiros, provocando calorosos debates acerca do compromisso do artista e da função da arte na sociedade. Sendo o anarquismo o pilar dessa discussão artística, e tendo Leon Tolstói<sup>9</sup> como o paradigma estético, muitos escritores acolheram o espírito libertário como fonte de inspiração de suas obras. Brito Broca (2004) menciona o termo “moda” e “onda poética”, estimulada pelo fuzilamento de Francisco Ferrer, para se referir a este momento literário libertário como “a melhor benção universal da anarquia”, o que não significou a produção de grandes

---

<sup>9</sup> Tolstói é mencionado pelo escritor nos romances *Recordações de Isaias Caminha* e *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, mas é na carta endereçada a Austregésilo de Ataíde, em 19 de janeiro de 1921, que ele deixa claro que segue o modelo literário de Tolstói, “mas Machado, nunca!”.

obras literárias<sup>10</sup>, mas produções com “longas divagações doutrinárias”.

Lima Barreto admite que Tolstói exerceu um papel importante na sua literatura, e a ele atribui o seu distanciamento de uma visão meramente lúdica da literatura, tendendo por um ato de escrever fundado na comunhão entre os homens. Abdicaria, portanto, da beleza e do prazer em prol do bem e “das condições essenciais para a vida humana”, inclinando-se para uma “literatura sincera” fora do panteão dos “escolhidos”, que acentuam a beleza e deixam de lado a sinceridade literária. “Nos grandes mestres modernos, Balzac, Tolstói, Turguêniev, Dostoiévski, quase sempre o amor é levado para o segundo plano” (Barreto, 2010, p. 58).

Lima Barreto também resgata a obra de Kropotkin *A Ajuda Mútua* (1902) na crônica “A Missão dos Utopistas” (1919), aferindo a ideia do russo de que a sociedade não passa de um fenômeno natural em que as pessoas reconhecem a força da prática da ajuda mútua e a íntima dependência que une as pessoas entre si. “A vitória do homem na terra sobre as grandes feras não foi devido a sua força muscular, ao seu isolamento, à sua capacidade de lutar corpo a corpo com elas. Foi devido a sua inteligência e a inteligência provém da capacidade do homem para a sociabilidade com os seus semelhantes” (Barreto, 1956a, p. 251).

---

<sup>10</sup> Broca refere-se aos romances libertários de Curvelo de Mendonça, Fábio Luz, Pausílio da Fonseca e Domingos Ribeiro Filho. Na poesia, lembra os nomes de Fanfa Ribas, Gomes Ferro, Ricardo Gonçalves, Martins Fontes, Max de Vasconcelos, Zeferino Brasil, Manuel Custódio de Melo Filho, Raimundo Reis, Alberto de Oliveira e Afonso Schmidt.

Há também referências a Kropotkin em "Aventuras do Dr. Bogoloff", feitas pelo personagem Bogoloff, um ex-revolucionário russo anarquista, ex-professor de línguas do filho do príncipe Pakine em Odessa. A posição de Lima Barreto é de um crítico das instituições e do próprio anarquismo, como pode ser demonstrado no "espertalhão" Dr. Bogoloff, uma espécie de personagem invertido autobiográfico que deixou o espírito revolucionário de lado na Rússia, e migrou para o Brasil, iniciando uma saga de charlatanices com a ajuda de bajuladores de influentes políticos republicanos, que faziam da política uma ponte para o enriquecimento pessoal<sup>11</sup>.

Sabe-se que a crônica, em sua feição moderna, foi a expressão mais usual na produção militante limiana, sendo o gênero mais moderno nas redações dos jornais da Capital no início do século XX. Certamente, a crônica possibilitou ao escritor "explicitar posturas políticas e valores que, na ficção, onde as mediações exigem mais distanciamento, ficam apenas sugeridas" (Reis, 2016, p. 15). Foram em jornais, periódicos e folhetins da Capital, que Lima Barreto publicaria a parte mais significativa de suas crônicas com referências explícitas ao anarquismo e à dimensão social do racismo que está encrustado na sociedade brasileira, estabelecendo uma rotina jornalística de trabalho e desenvolvendo o exercício de uma escrita social carregada de ironia e sátira. Isso possibilitou criar uma literatura híbrida, alternando personagens reais e imaginários que

---

<sup>11</sup> Data da primeira década a publicação dos seus dois melhores contos: "A Nova Califórnia" (1910) e "O Homem que Sabia Javanês" (1911). Ambos os contos tratam de temáticas ligadas ao conceito de bovarismo, mas também do anarquismo. Em ambos os contos, há uma crítica social e temas espinhosos que tratam da avareza e do apego sem freios às aparências e ao materialismo no capitalismo.

escancaravam um sistema corroído pela corrupção e por uma elite sem espírito público.

### **anarquismo e literatura pós-emancipacionista**

Lima Barreto interessou-se pelas temáticas raciais por muito tempo, e a ela consagrou diversas obras. Na sua juventude, escreveu sobre a necessidade de se preservar a memória dos povos negros no Brasil, revelando estar consciente sobre o seu papel como escritor e o seu compromisso literário no resgate histórico dos povos negros.

O anarquismo de Lima Barreto confunde-se com a história de uma literatura negra produzida no Brasil no período pós-abolição, numa referência direta à produção literária dos escritores negros que publicaram obras literárias nos anos que procederam ao abolicionismo. É um anarquismo atravessado por uma memória racial fincada no ambiente, nos gestos, na música, no corpo, nas cores, na fala, no trabalho, e que nunca deixou esmorecer as aviltações, privações e violência dos seus descendentes. Em suas crônicas e contos, o escritor revolve a sua infância pobre e os preconceitos raciais sofridos, projetando uma perspectiva negra de revolta contra as injustiças sociais. Nesses ambientes, movem-se os seus personagens, escorando-se em muitas teorias raciais europeias, mas é na literatura que funda um marco divisório do seu discurso negro.

Em seu ensaio sobre a questão negra na literatura brasileira, Ianni constatou que o “negro é o tema principal da literatura negra. Sob muitos enfoques, ele é o universo humano; social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura” (Ianni, 1988, p. 92). Tudo se move na direção de resgatar

esse imaginário social escravista, que coincide com a própria consciência de ser um escritor negro, e que estabeleceu um marco divisório com o *establishment* literário da época.

Ianni (1988) considerava Cruz e Souza, Machado de Assis e Lima Barreto como *famílias literárias fundamentais da literatura negra*. Mas qual é a posição que ocupa nessa família? Notoriamente, Lima Barreto é considerado o primeiro escritor brasileiro a tratar o tema racial de maneira crua e direta, e o primeiro a se reconhecer como literato negro. Escrevia sobre racismo não mais na ambiência da violência escravista monárquica, mas em tempos marcados pelo anarquismo nos movimentos operários, políticas imigrantistas, carestia social e uma república autoritária, que assistia ao crescimento das cidades, das indústrias e dos movimentos sociais no período pós-abolição.

Por se tratar de uma nova realidade social, o momento pós-abolição viria acompanhado de uma profusão de termos para se referir aos negros libertos que ainda carregavam na República os resíduos da cultura de cativo, impedindo-os de terem os mesmos direitos civis dos cidadãos brancos. É curioso notar que o próprio Lima Barreto oscila nas classificações de cor dos seus personagens, o que é sintomático de um período pós-abolição que estava carregado de nomenclaturas de cores de peles, e que, aos poucos, foram sendo ressignificadas para demarcar posições sociais e hierarquias que eram típicas do regime escravocrata. O próprio Lima refere-se aos negros alternando vários termos: pardos, morenos, pretos, mestiços, caboclos, negros, crioulos, cafuzo, mulatinho etc.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Segundo Guimarães (2007, p. 13), após a abolição, o termo negro “estava ainda carregado de sentido ofensivo, referindo-se a ‘escravos’, enquanto ‘preto’ era entendido como referência à cor e não à posição social”.

Havia várias gradações para a cor negra, que também era chamado de pardo, mas o que definia o seu *status* era a sua cor, nacionalidade e condição legal. Ele poderia ser um africano livre<sup>13</sup> ou forro (liberto ou ingênuo) ou nascido livre — nesse caso, seria chamado de crioulo. Muitos destes negros, mestiços, crioulos e crioulas foram afetados por profundas transformações políticas. Na maioria das vezes, estavam se adaptando aos novos direitos civis, que lhes permitiriam uma tortuosa e sofrida ascensão social. Esse desejo de mobilidade social estaria estampado na história do mulato Isaías Caminha: “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor [...]” (Barreto, 1995, p. 26).

Se, de um lado, o anarquismo foi fruto das crises iniciais do capitalismo e da questão social originada pelas contradições sociais que ampliariam a miséria dos trabalhadores; deve-se, por outro lado, ressaltar um fator não menos importante: o problema do racismo e da escravidão prepararam o terreno para o crescimento do capitalismo que avançava com a prática do racismo e da opressão, facilitando altos níveis de exploração. Treze anos após a morte de Lima Barreto, Edgar Rodrigues escreveria o compromisso do anarquismo contra o racismo. “Em nome de uma civilização branca e superior, esmaga-se um povo sob o fundamento de que ele é incapaz de se governar porque é bárbaro, de se dirigir porque é negro” (Rodrigues, 1978, pp. 385-386). Pode-se dizer que o escritor expressa um ra-

---

<sup>13</sup> O africano livre é o africano apreendido após a proibição do tráfico negreiro em 1831. Ele não possuía os mesmos direitos das pessoas livres de cor.

cismo que extrapola a cor das pessoas<sup>14</sup>, sendo a cor tratada como uma marca identitária objetiva, uma construção social que se manifesta no preconceito. Em muitos casos, escreveria observações tragicômicas sobre a simbologia negativa da cor negra e sobre o racismo estrutural imperante no país. “Não sou humorista e, se leio os anúncios, é para estudar a vida e a sociedade. Os anúncios são uma manifestação delas; e, às vezes, tão brutalmente as manifestam que a gente fica pasmo com a brutalidade deles. Vê tu os termos deste: *Aluga-se gente branca, casal sem filhos ou moço do comércio, um bom quarto*” (Barreto, 1956e, p. 43).

Em um contexto mais abrangente, o anarquismo irrompe como uma possibilidade de superar os resquícios escravagistas preservados no trabalho livre, numa sociedade que se urbanizava e se industrializava<sup>15</sup>. Dito isso, o socialismo libertário se integra à literatura limiana como uma possibilidade de um novo olhar sobre as violências raciais, numa sociedade que não acolhe e crava as humilhações na pele do negro. De certa maneira, “os militantes anarquistas se viram obrigados a combater identidades divisionistas [...] nas novas relações sociais que emergiam no Brasil a partir da abolição formal definitiva do trabalho escravo, do crescimento urbano e do estímulo (mesmo que relativamente efêmero) à industrialização verificada na virada do século XIX” (Oliveira, 2009, p. 210).

---

<sup>14</sup> Segundo Guimarães (2007, p. 5), “no simbolismo das cores, no Ocidente cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado, enquanto o branco significava o sucesso, a pureza e a sabedoria”.

<sup>15</sup> Segundo Costa (1999, p. 260), “os empreendimentos empresariais seriam melhor vistos, à medida que os próprios fazendeiros se converteram, em certas áreas, numa espécie de empresários, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre”.

O movimento operário, de certa maneira, torna-se também mais difuso em sua composição, absorvendo também os egressos da escravidão. Negros libertos e operários pobres libertários aparecem como classes sociais<sup>16</sup> próximas num cenário de exploração de trabalho em fábricas e manufaturas<sup>17</sup>. Eles se distinguem, se aproximam e compartilham discursos identitários e lutas sociais<sup>18</sup>. Esse ponto de vista faz parecer que a questão racial “seria um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes”, o que aproxima a concepção racial dos comunistas e libertários a um sentido aproximado de classe social (Guimarães, 2007, p. 54). Haveria, portanto, trabalhadores negros e imigrantes explorados pelo sistema capitalista, o que também pode ser interpretado como um enquadramento do racismo em questões de classe e *status* social, reduzindo o racismo a um epifenômeno do movimento operário.

De um lado, estavam os imigrantes pobres tratados como classe subalterna, em sua maioria de origem portuguesa, espanhola e italiana, e, de outro lado, negros acossados vivendo as sequelas escravagistas em favelas e cortiços. De fato, homens negros e mulheres negras deixaram as suas marcas no movimento operário, integrando-se às lutas sociais dos imigrantes e nacionais sem cor definida.

---

<sup>16</sup> Entre os séculos XVI e XVII, o conceito de raça aproximou-se da noção de classe social, sendo “*pois utilizado pela nobreza local que si identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebé*” (Munanga, 2003, p. 1).

<sup>17</sup> No final do século XIX, apareceram as primeiras fábricas têxteis no Rio de Janeiro, que vieram acompanhadas pelo crescimento dos cortiços, subúrbios e vilas operárias.

<sup>18</sup> Um bom exemplo seria as associações mutualistas de trabalhadores negros, a exemplo da Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, e a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874.

A proximidade no tempo com os valores da sociedade escravocrata teve um efeito imediato na vida dos negros libertos e dos seus descendentes, e explicaria as “oportunidades” e “chances” perdidas na condição de homens e mulheres livres. Pesava no imaginário social a imagem dos negros como ociosos, alcoolistas, violentos, ignorantes, primitivos, e, sobretudo, pessoas incapazes de se adaptarem ao trabalho livre. Isso fez crescer um mercado de profissões desprezadas pelas elites brancas, um regime semisservil que destinava boa parte do trabalho pesado para os negros. A liberdade nesse contexto era fantasmagórica, de maneira que a invisibilidade dos recém-libertos no trabalho livre colocava em risco a sua liberdade civil. “Livres e analfabetos, tentavam vender cestos, galinhas, doces, tabaco. Alguns, mais espertos e conhecedores da natureza, serviam de guias aos viajantes estrangeiros enviados para estudar o Brasil” (Carneiro, 1998, p. 16).

Ao contrário de São Paulo, onde 90% dos operários estavam concentrados nas indústrias, no Rio, os trabalhadores estavam dispersos em indústrias que não eram marcadamente fabris. “Rio e São Paulo se diferenciam no tempo e na forma da implantação industrial e se distanciam no tipo de pessoas, hábitos e costumes urbanos” (Campos, 1988, p. 31). Há, portanto, de se considerar que a classe trabalhadora era heterogênea, sendo formada também por negros que viveram a experiência da escravidão, de maneira que não se pode pensar em uma classe social assalariada sem mencionar quatro séculos de escravidão. De fato, operários anarquistas e negros conviviam no mesmo ambiente de trabalho urbano, ou seja, “trabalhadores escravizados e “livres” partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam

tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe” (Mattos, 2009, p. 51).

No entendimento do autor, o negro liberto é um operário que trabalha lado a lado com o branco na fábrica, compartilhando no espaço fabril as agruras do capitalismo. Ciente disso, o escritor tem o entendimento de que, em tempos difíceis, o racismo divide as classes e não beneficia nenhum trabalhador. Contudo, como literato anarquista negro, ele não aponta a ausência do componente racial e a invisibilidade do negro no movimento operário, mas compreende que os negros e os imigrantes vivenciam em muitos casos problemas comuns. “Desejo simplesmente dizer-lhes que tomem cuidado; que não é possível estar a abusar da paciência de nós todos, não é só dos operários aos quais não adulo, mas dos pequenos burgueses como eu, que receberam mais instrução do que todos os 'brancos' e não admitem esses insultos de tirano, tirano do comércio, da agiotagem, da pirataria com que vocês querem saquear o mundo” (Barreto, 1956e, p. 144).

Pode-se dizer que a literatura limiana não retrata uma oposição entre negros e imigrantes, mas a posição de um escritor contra as desigualdades causadas pelo capitalismo e o desassossego com a questão social, a ponto de se declarar um *inimigo irreconciliável do capitalismo*. “Nunca os negros aceitaram a escravidão, apesar de ser instituição legal e penal entre eles, com a docilidade que lhe parece. Aceitavam como os atuais operários recebem sua escravidão econômica, o salariato, isto é, com contínuas revoltas” (Barreto, 1956a, p. 258).

Ele absorve o racismo também com críticas ao capitalismo, culpando-o pelo empobrecimento de todos,

neutralizando o racismo com a luta e a organização da classe trabalhadora. Nesse ponto, ele se aproxima da visão de Kropotkin sobre o regime salarial capitalista, como uma forma moderna da escravidão. “Do mesmo modo que a servidão substituiu a escravidão, o salariado substituiu a servidão [...] O salariado é tão somente a transformação atenuada da escravidão e pede-se sua abolição” (Kropotkin, 2007).

Com o anarquismo, ele se distancia de uma literatura imensa sobre estudos raciais que preconizavam a inferioridade dos negros com critérios biológicos e genéticos, e redimensiona o cenário caótico dos negros deformados pela escravidão na nova ordem burguesa capitalista. Ele se aproxima do que Emma Goldman (1990, p. 91) define como uma “consciência do indivíduo de ser o que é, e de viver essa diferença”. Contudo, o escritor relutava em aceitar essa diferença com argumentos biológicos e conceitos raciais que atestavam a inferioridade dos povos negros: “[...] deram agora para fazer teorias sobre raça, sobre espécies humanas etc. etc.” (Barreto, 1990, p. 91).

Nessa conjunção entre raça e espírito libertário, delineia-se uma maneira de ver, sentir e entender o negro no contexto de sua história cruenta. A discussão remete à sua consciência como escritor negro e ao seu papel na sociedade. Como viria a destacar o anarquista norte-americano Lorenzo Kom’boa Ervin, quase cem anos depois, no ensaio “Anarchism and the Black Revolution”, “não podemos permanecer ignorantes ou indiferentes ao funcionamento de raça e classe no âmbito desse sistema, para que os trabalhadores oprimidos continuem vitimados. Durante anos, os negros foram os primeiros contratados, e os primeiros demitidos pela indústria capitalista” (Ervin, 2022, p. 36).

Tratar de questões raciais passa pelo entendimento de que o destino dos trabalhadores estava traçado *a priori* pelo sistema capitalista. No caso da população negra, não haveria como desprezar as barreiras intransponíveis que aumentariam a distância econômica e cultural em relação aos brancos, alimentada por uma cultura de vantagens e desvantagens, e potencializada por teorias raciais que serviriam como explicação causal das diferenças sociais. Pode-se dizer que o racismo como ideia e prática serve ao capitalismo em dois sentidos: “Em primeiro lugar, ele permite que os capitalistas possam ter fontes de trabalho barato [...] Em segundo lugar, o racismo permite que a classe dominante capitalista divida e governe as classes exploradas” (Red & Black Revolution, s/d). Ou seja, o racismo apresenta-se como uma extensão do capitalismo e dele se alimenta.

Lima Barreto reconhecia o papel nefasto das elites capitalistas na difusão do racismo. O racismo agiria como um instrumento de controle dos trabalhadores, que não encontrariam outra saída diante das condições de trabalho impostas pelos padrões brancos. O próprio escritor, em várias passagens de sua obra, relataria o racismo sofrido como amanuense no ambiente burocrático no Ministério da Guerra, como se aquilo fosse um aviso de que a ordem racial não tinha se alterado no período pós-abolição. “Um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. [...] Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por que? Porque...o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo” (Barreto, 1993, pp. 26-27).

Outro tema extensivo às questões raciais e libertárias é o futebol. O futebol em seus primórdios era praticado em São Paulo pelas elites paulistas, e posteriormente foi assimilado pelas camadas mais desfavorecidas da população, não passando despercebido pelos anarquistas e comunistas<sup>19</sup>. Com a sua popularização nos clubes de fábrica, o futebol aos poucos foi firmando uma tradição operária no futebol amador e nos clubes de várzea. Nem mesmo a relutância dos sindicatos e dos movimentos operários, que consideravam o futebol um “esporte burguês” ou um “ópio” alienante dos operários, foi capaz de impedir a sua popularização entre os trabalhadores. Embora a posição atual dos anarquistas seja favorável ao futebol, nas primeiras décadas do século XX, argumentavam que os clubes de empresa separavam e afastavam os trabalhadores dos confrontos de classe, sendo uma “tentativa de estabelecer um domínio sobre a classe trabalhadora, através dos clubes de futebol” (Antunes, 1992, p. 2).

Esse era o dilema do futebol apontado pelo escritor. Nas crônicas limianas, o futebol era visto como um esporte violento e uma válvula de escape da carestia da vida, além de escancarar o racismo brasileiro. “Não é só aqui no Rio, que o maravilhoso jogo que vai nos fazer derrotar todos os nossos inimigos, inclusive a carestia da vida, manifesta a sua capacidade de dar saúde e robustez à nossa mocidade” (Barreto, 1956e, p. 231). Lima Barreto foi um etnógrafo da cultura

---

<sup>19</sup> Segundo Fátima Antunes, o futebol foi facilmente assimilado pelas classes populares. “De fácil assimilação, o futebol podia ser praticado de improviso, com qualquer número de jogadores, mesmo com desnível de idade; podia ser jogado ao ar livre e com qualquer tempo, com bola de meia, de papel, de borracha [...] Meninos e rapazes começaram a jogar nas ruas, calçadas, quintais e pátios das escolas, tudo muito improvisado” (Antunes, 1992, p. 2).

popular suburbana, o que não significou uma defesa árdua de festas populares, como o carnaval, e de esportes, como o futebol. Como crítico do futebol, “ele o faz enquanto crítico da cultura, como crítico do governo e como crítico do racismo reinante em nosso país” (Loyolla, 2014, p. 151).

Lima Barreto também escreveu sobre as greves gerais de 1917 e 1918. Por mais oscilante que possa parecer, o escritor combateu, em diversas ocasiões, as repressões policiais contra os operários, saindo em sua defesa na greve de 1917, em São Paulo. No mais, dirigiu severas críticas à imprensa carioca que se posicionava contrária às greves de 1918 no Rio, como na crônica "Carta Aberta", publicada em *Bagatelas*. Para Botelho (2002, p. 153), “se não manifestou adesão em definitivo a uma corrente ideológica, se não assina embaixo do que ‘o anarquismo quer’, também não hesita, por exemplo, em defender os anarquistas e o movimento operário”.

Em "O Nosso Iniquismo" (1919), saiu em defesa dos operários grevistas americanos, movido pela repugnância a toda forma de violência incitada por empresários capitalistas que infiltravam pessoas nas agitações operárias. Era também uma forma libertária de se posicionar contra a doutrina liberal que associava pobreza à inferioridade racial. Na crônica, apoiando-se numa informação do jornal libertário *A Plebe*, menciona o termo “ferocidade brutal dos partidos americanos” contra os trabalhadores<sup>20</sup>. “[...]”

---

<sup>20</sup> Para Antonio Guimarães, o modelo racial brasileiro aproxima-se do modelo norte-americano após o Movimento Americano dos Direitos Civis. A partir de então, atribuem-se as desigualdades raciais a questões como escolaridade, competitividade no mercado, pobreza, organização familiar etc. Essa percepção das desigualdades foi assimilada pelos brasileiros. Desde então, as desigualdades raciais foram mascaradas “em termos de classe social ou de status” (Guimarães, 1995, p. 29).

bandidos, que se alugam aos grandes industriais e capitalistas, para reprimir greves e agitações operárias” (Barreto, 1956a, p. 188).

Outro traço importante que aproxima o romancista dos anarquistas é a aversão ao patriotismo. Essa negação da ideia de pátria “se viu reforçada no Brasil pela reação do governo da presença de ativistas estrangeiros entre os operários” (Carvalho, 1987, p. 61). A presença dos imigrantes entre os operários reforçaria essa aversão à ideia de pátria, mas também estaria imbuída na própria concepção anarquista, que não compartilhava da ideia do Estado como nação, território e soberania. No mais, o antipatriotismo limiano se coaduna ao seu antimilitarismo, numa época em que os anarquistas faziam críticas ácidas ao serviço militar obrigatório.

O tema da pátria também conflui para a temática racial. A ideia republicana de pátria não incluía os negros, sendo falsa a ideia de que a pátria representava a todos. Em nome dos “charlatões do Estado, em nome da pátria e da estúpida teoria das raças, instilaram na massa ignara das populações sentimentos guerreiros de agressão contra os quais nos devemos precaver [...]” (Barreto, 1956b, p. 75).

Acresce-se a isso, a falácia dos valores republicanos sobre a liberdade e a emancipação dos negros. A abolição não retirou os negros do limbo, e também não onerou os cofres dos senhores, que agora se viam desatarefados de alimentá-los, vesti-los e dar-lhes um teto. A “discriminação racial evidentemente, não seria abolida. A escravatura, sim, por lei, ao menos” (Silva, 1976, p. 116). Pode-se dizer que havia um princípio básico do anarquismo que era vio-

lado na 1ª República: a combinação da igualdade com a liberdade.

Como em tantos outros assuntos, Barreto percebeu que o racismo teria vida longa na 1ª República. O discurso racista estruturado no Estado foi uma das dimensões mais importantes das normalizações das diferenças raciais, adequando-se à ideia de branqueamento e às exigências das elites que ignoraram o racismo contra os negros e negras que alertavam para as barreiras intransponíveis no período pós-abolicionismo. O conjunto desses argumentos fez com que o escritor fosse além de uma visão racial, a ponto de perceber não apenas a exploração do proletário pobre, mas também do negro proletário. Barreto, assim, jogava gasolina sobre as fraturas expostas da República que se autoproclamava branca e miscigenada, e exigiria uma segunda libertação dos escravos. Contudo, só é possível pensar numa segunda abolição em termos anarquistas e não capitalistas.

### **considerações finais**

Lima Barreto é um escritor que projeta na literatura os processos históricos. Não agiu como um político e não propôs reformas sociais, mas assimilou a história, tendo, muitas vezes, como referência suas experiências pessoais. O próprio anarquismo apresenta-se como uma filosofia que, no conjunto da obra, será assimilada dentro de critérios antitéticos. Pode-se dizer que o anarquismo foi a via que Lima Barreto encontrou para criar uma contraideologia racial que ia de encontro ao racismo enraizado na sociedade brasileira. Não há inconformismo e passividade, mas um incômodo pulsante que salta de seus escritos.

Na literatura limiana o espírito libertário não se constituiu apenas como uma experiência de vida, mas se deu pelo entendimento libertário de que o capitalismo asseguraria a manutenção dos pilares sórdidos do racismo, justificando, muitas vezes, inúmeras formas de opressão, exploração e discriminação racial. No mais, o racismo seria um fator desagregador das classes sociais, jogando os trabalhadores uns contra os outros, apartando-os e enfraquecendo o movimento operário.

Historicamente, Lima Barreto foi uma das primeiras vozes literárias negras do anarquismo brasileiro. Suas crônicas contendo temas sociais e políticos não estavam imbuídas de um rigor científico e literário. Assim sendo, elas revelam mais sobre o escritor do que sobre o momento político em que viveu. Se, ocasionalmente, manifestava não dar importância alguma a qualquer doutrina filosófica, fosse ela positivista, liberal, anarquista ou socialista, também se recusava a ser associado a partidos, associações ou ligas operárias.

Nesse sentido, sua obra é reveladora sobre o trabalhador negro, que estava submetido a um duplo sofrimento — e ao qual ele pretendia tecer uma ligação —, o da exploração capitalista combinada à opressão racial. Ele encontra no socialismo libertário mais do que uma luta contra o sistema econômico capitalista, mas também um movimento social que catalisaria demandas históricas, como a luta contra o racismo. Neste ponto, desenvolve particularmente uma relação entre raça, república e exploração capitalista, mostrando que as mudanças na estrutura econômica e política da sociedade republicana haviam conduzido a sociedade para formas mais sutis de dominação. Como anarquista, responsabilizaria os políticos

republicanos pelo desemprego, analfabetismo, falta de moradia, transporte, escolas, fome e miséria da população. Convém pensar que absorvesse o anarquismo como um movimento social que congregava todas as raças, embora fosse indiscutível a intensidade com que se lançava livremente na luta antirracista, independentemente dos círculos libertários.

### Referências bibliográficas

Antunes, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “Anarquistas e Comunistas no Futebol de São Paulo” in *D.O. Leitura*, São Paulo, 1992, p. 2.

Bartz, Frederico Duarte. “O maximalismo como problema: circulação e apropriação da ideia de bolchevismo no movimento operário brasileiro durante os primeiros anos da Revolução Russa” in *Izquierdas*, 31, Santiago, dezembro, 2016, pp. 235-248.

Campos, Cristina Hebling. *O Sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O Racismo na História do Brasil*. São Paulo, Ática, 1998.

Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

Cuti, Luiz Silva. *Lima Barreto*. São Paulo, Selo Negro, 2011.

o príncipe de todos os santos – lima barreto e o anarquismo

Barreto, Lima. *Contos Completos de Lima Barreto*. Lilia M. Schwarcz (Org.). São Paulo, Cia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956a.

\_\_\_\_\_. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956b.

\_\_\_\_\_. *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956c.

\_\_\_\_\_. *Impressões de Leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956d.

\_\_\_\_\_. *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956e.

Botelho, Denilson. *A Pátria Que Quisera Ter Era um Mito: o Rio de Janeiro e a Militância Literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Secretária Municipal das Culturas, 2002.

Broca, Brito. *A Vida Literária no Brasil (1900)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

Ervin, Lorenzo Kom'boa. *Anarchism and the Black Revolution*. 2015. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/lorenzo-kom-boa-ervin-anarchism-and-the-black-revolution>. (acesso em: 06/06/2022.)

Goldman, Emma. *O Indivíduo, a Sociedade e o Estado e Outros Ensaios*. São Paulo, Hedra, 2011.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. Princeton, 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3720808/mod\\_resource/content/1/preconceito%20racial%20modos%20e%20tempos%2023102007.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3720808/mod_resource/content/1/preconceito%20racial%20modos%20e%20tempos%2023102007.pdf). Acesso em 20/09/2022.

---

\_\_\_\_\_ . "Racismo e Antiracismo no Brasil" in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 43, novembro 1995, pp. 26-44. Leuenroth, Edgard; Negro, Hélio. *O que é o Maximismo ou Bolchevismo*. São Paulo, Entremares, 2017.

Ianni, Octávio. "Literatura e Consciência" in *Revista de Estudos Brasileiros*, n. 28, São Paulo, 1988, pp. 91-99.

Kropotkin, Piotr. "Fatalidade da Revolução" in *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo, Hedra, 2007, pp. 54-55.

Loyolla, Dirlenvalder do Nascimento. *Bagatelas e Marginalia: cultura intelectual e revide ao Poder nas crônicas de Lima Barreto*. Tese de Teorias e Práticas Sociais, Universidade de Brasília, 2014.

Mattos, Marcelo Badaró. "Trajetórias entre Fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro" in *Revista Mundos do Trabalho*, 1(1), Florianópolis, 2009, pp. 51-64.

Osman Lins. *Lima Barreto e o Espaço Romanesco*. São Paulo, Ática, 1976.

Pereira, Astrojildo. "Prefácio" in *Bagatela*. Lima Barreto. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 14.

Oliveira, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese de História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

Reis, Zenir Campos. "Lima Barreto Militante" in Lima Barreto. *A crônica militante*. São Paulo, Expressão Popular, 2016, p. 15.

o príncipe de todos os santos – lima barreto e o anarquismo

Revolution, Red & Black. *Anarquismo, Racismo e Luta de Classes*. s/d, p. 11. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/209458/Anarquismo%2C%20Racismo%20e%20Luta%20de%20Classes.pdf>. (Acesso em: 24/11/2021).

Rodrigues, Edgar. *Novos Rumos: pesquisa social (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1978.

\_\_\_\_\_. *História do movimento anarquista no Brasil*. Pracicaba, Ateneu Diego Giménez, 2010.

Silva, H. Pereira da. *Lima Barreto: escritor maldito*. Rio de Janeiro, M.A.F.C., 1976.

*Resumo:*

*Este artigo analisa a repercussão das principais correntes anarquistas em Lima Barreto. Investiga-se a opção do autor em utilizar o termo maximalismo como uma particular apropriação limiana sobre a Revolução Russa e a importância do anarquismo como parte constituinte de uma emergente literatura negra pós-abolição, que expressará as formas bárbaras e violentas do racismo que moldaram a sociedade contemporânea.*

*Palavras-chave:* Lima Barreto, anarquismo, Primeira República.

*Abstract:*

*This article analyses the repercussion of the main anarchist tendencies in Lima Barreto. We examine the author's choice in using the term Maximalism as a particular Limian appropriation on the Russian Revolution. Additionally, we examine the importance of anarchism as a constitutive part of an emerging post-abolition black literature that will express the violent and barbaric ways in which racism has shaped contemporary society.*

*Keywords:* Lima Barreto, anarchism, First Republic.

*Recebido em 11 de maio de 2022. Confirmado para publicação em 13 de junho de 2022.*

***The prince of all saints — Lima Barreto and anarchism, Marco Arantes.***